CURSOS E EVENTOS

PUBLICAÇÕES

BIBLIOTECA

AÇÕES

OK

BENEFÍCIOS

ÁREA DO ASSOCIADO

QUEM SOMOS

home > publicações > boletim 168 > artigos > O pior cego...

Boletim - 168 - Novembro / 2006



Sumário Editorial Artigos Jurisprudência

GESTÃO DO BOLETIM BIÊNIO 2005/2006

Coordenador chefe:

Mariângela Gama de Magalhães Gomes

Coordenadores adjuntos:

André Pires de Andrade Kehdi, Andréa Cristina D'Angelo, Leopoldo Stefanno Leone Louveira e Ra

Conselho Editorial

O pior cego...

Autor: Ana Sofia Schimidt

Procuradora do Estado, coordenadora da Assistência Judiciária aos Presos e mestre em Direito Penal pela USP

Para abordar qualquer tema é preciso ter em mente, com a clareza possível, a natureza do assunto a ser tratado. Ao pensar sobre o sistema penitenciário podemos abordar diversos enfoques: jurídico, sociológico, histórico. Mas há um enfoque que, por sua concretude insofismável, por sua brutalidade evidente, se impõe a todos os demais. É o enfoque que os números revelam. Vamos a eles:

Em dezembro de 2005, a SAP (Secretaria da Administração Penitenciária) possuía 31.500 presos; a SSP (Secretaria de Segurança Pública), 27.500, perfazendo um total de 59.000.(1) Em julho de 2006, o número total saltou para 143.000, assim dividido: 125.700 na SAP e 17.700 na SSP. Atenção para este primeiro dado: o número de presos no Estado de São Paulo triplicou em dez anos! O que isso significa? Quais as leituras, interpretações, causas e conseqüências desta matemática? Vamos acrescentar algumas informações para poder construir as respostas. Vale trazer, como uma pequena, isolada e única nota otimista, a verificação de que a proporção de presos da SSP em comparação com a SAP, levando em conta o total da população prisional do Estado, passou de 45% para 12%. Ou seja, em 1995, 45% dos presos do Estado estavam em Distritos Policiais e Cadeias Públicas, proporção reduzida para 12% em meados de 2006. Esta drástica redução, lembrando que a população total triplicou, é resultado, principalmente, do cumprimento de promessa feita pelo governador Geraldo Alckmin de desativar as carceragens dos Distritos Policiais da Capital, atendendo assim antiga reivindicação da Polícia Civil e da sociedade como um todo.

Ainda para traçar o retrato numérico do sistema, veja-se que a proporção do número de presos por funcionário aumentou de 2,17 funcionário por preso em 1994 para 4,75 em 2005.

O déficit de vagas no Estado de São Paulo, hoje, é de aproximadamente 30.000. Este número não leva em conta um outro sempre lembrado quando se opta por pintar o quadro com cores mais dramáticas: o número de mandados de prisão a cumprir. Considera só o número de vagas disponíveis e o número de pessoas efetivamente recolhidas.

Vamos supor, agora neste período eleitoral, que um candidato ao governo do Estado queira enfrentar de vez o problema. Ele vai dizer a seus assessores: "Quero acabar com a falta de vagas no sistema prisional. Quanto vou gastar?" Seja qual for o motivo, seja qual for a raiz ideológica desse seu propósito, o que seu assessor vai responder, objetivamente, não vai ser diferente disso: "Bem, candidato, é preciso construir 30.000 vagas para zerar o déficit hoje. No entanto, há outro problema: o sistema cresce em São Paulo 900 presos por mês. Sim, considerando as entradas no sistema (prisões em flagrante, mandados de prisão cumpridos) e as saídas (alvará de soltura por cumprimento de pena ou concessão de benefícios), ficam no sistema, a cada mês, 900 presos. Então, o senhor(2) terá que construir 900 vagas por mês para absorver este crescimento. Bem, 900 X 12 = 10.800 vagas por ano. Para um mandato de 4 anos, vamos multiplicar este número por 4, o que dá 43.200. Somamos, então, aquelas 30.000 e eis aqui sua resposta: para enfrentar o problema do déficit de vagas, o senhor terá que construir 73.200 vagas. Em uma penitenciária normal, para cumprimento de pena em regime fechado, a construção de cada vaga custa aproximadamente R\$ 26.000,00 — apenas a construção. Ou seja, o investimento nestes quatro anos será de R\$ 1.903.200.000,00. É isso mesmo, candidato. Se o senhor quiser prosseguir com este discurso, arrume um jeito de conseguir quase dois bilhões de reais para investimento. Isso se o senhor não quiser construir estas vagas de segurança máxima, tão na moda hoje em dia. Lá em Catanduvas, por exemplo, o Governo Federal gastou R\$ 100.000,00 com cada vaga. Ah, e é preciso lembrar que cada preso custa aproximadamente R\$ 900,00 e que..." Bem, a esta altura, nosso hipotético candidato optou por outros projetos de campanha (ou de vida).

Como compreender estes números? Existe entre nós uma opção por uma política penitenciária focada no crescimento do sistema, no aumento do número de presos? Alguém concluiu que o crescimento do sistema é uma boa opção? Não, é evidente que não. Esta realidade não é o resultado de um planejamento racional. As coisas simplesmente vão acontecendo. A bola de neve simplesmente vai crescendo e rolando. As decisões são sempre reativas, vêm sempre a reboque

das crises e dos problemas. Para a crise de segurança, o nosso samba de uma nota só: prisão. Manchete de jornal noticiando um crime grave? As autoridades anunciam: não se preocupem, os autores vão para a cadeia. Ataques do PCC? Fiquem tranqüilos, a polícia vai agir e vão todos para a cadeia. O crime organizado (seja lá o que se quer dizer com isso) está mais ousado? Mais cadeia. E a cadeia, panacéia no discurso, passa a ser a conseqüência de todo o mal. Mas é sua principal causa. Dizer que a criminalidade e o problema da segurança se resolvem com mais cadeia é um engodo tremendo. Quem é que ainda compra este discurso? Bem, ele é fácil, aparentemente funciona, ainda engana muita gente. E que role a bola de neve...

Há uma história infantil clássica em que o Sol trava uma disputa com o Vento do Norte para ver quem é o mais forte. Um viajante vem caminhando pela estrada. Veste um sobretudo. O Vento quer mostrar sua força e aposta com o Sol dizendo: você vai ver como eu consigo tirar o casaco dele! E começa a soprar. Quanto mais ele sopra, mais o viajante se encolhe e segura com força seu casaco. O vento sopra e sopra e tudo o que consegue é que o viajante esteja cada vez mais agarrado a seu sobretudo. O Sol a tudo observa. Quando o Vento, exausto, desiste, o Sol consegue rapidamente seu intento intensificando o calor de seus raoiss. Suando, o viajante, tira o casaco. Os pequenos leitores certamente dão um sorriso condescendente diante da ingenuidade e das bravatas do tolo Vento. Se pudessem observar os números e os discursos em torno do sistema penitenciário, teriam a mesma reação. Afinal de contas, agimos como o Vento, buscando resolver um problema agravando suas causas! Ao jogar mais presos no sistema estamos soprando no viajante. E que role a bola de neve...

Uma parcela significativa e cada vez maior da nossa sociedade vive dentro e em torno do sistema penitenciário. Recente pesquisa divulgada pela Febem demonstra que quase a metade dos internos tem alguém preso na família. É um drama social tremendo. E quem está preso, mais dia menos dia, vai sair. Vai sair como? Vai sair para fazer o que? O tolo Vento pensaria: Ah, então não vamos deixar sair! E qual seria a solução apresentada pelo Vento? Prisão perpétua? Pena de morte?

Enquanto os palpites do Vento não fazem escola e enquanto ele continua só soprando e inflando o sistema, vamos dar uma olhada em outros números.

Como dito, uma vaga no sistema penitenciário custa aproximadamente R\$ 26.000,00. A manutenção do preso, R\$ 900,00 por mês. Quando se diz que a cadeia é a universidade do crime, a metáfora esconde uma ironia: uma vaga custa o mesmo que um curso de pós-graduação em uma universidade de ponta.

O crescimento do sistema tem uma repercussão grave no orçamento do Poder Executivo. Os recursos públicos não são ilimitados. As opções de políticas públicas e investimentos sociais obedecem não apenas a uma hierarquia de valores, mas também às contingências orçamentárias. A população que está no sistema representa uma demanda fixa, que tem que ser atendida. Por piores que sejam as condições das prisões, há um custo de alimentação, lavanderia, segurança, atendimento social e médico etc. E este custo, é evidente, cresce na mesma proporção da população prisional. Se a fatia correspondente aos custos do sistema penitenciário aumenta, outras diminuem. É inexoravelmente claro. Os dados da execução orçamentária estão no site da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Em 2004, os investimentos da Secretaria de Educação totalizaram R\$ 194.387.781,30; os investimentos da Secretaria da Saúde, R\$ 206.212.987,91. E os investimentos da Secretaria da Administração Penitenciária chegaram ao total de R\$ 237.487.001,96. Sim, é isso: a Secretaria da Administração Penitenciária investiu 31 milhões a mais que a Saúde e 43 milhões a mais que a Educação!(3)

Não é hora de olhar para isso?

Notas

- (1) Números aproximados.
- (2) Não há "senhoras" nesta disputa.
- (3) Esta situação não é a regra. No período analisado, 1999 a 2005, ocorreu em 2004. O quadro demanda uma análise mais pormenorizada, que envolva a comparação do total dos gastos públicos, inclusive considerando repasses federais.

Ana Sofia Schimidt

Procuradora do Estado, coordenadora da Assistência Judiciária aos Presos e mestre em Direito Penal pela USP

Publicações Quem Somos Cursos e Eventos Biblioteca Conselho Consultivo Laboratório Artigos Antigos Apresentação Convênios Mesas e Debates Boletim Livro do Dia Coord. Regionais e Estaduais Pós-Graduação Notícias Pesquisa on-line **RBCCrim** Documentos Institucionais Seminário Regulamento Gestão Diretoria Diversos Revista Liberdades Auxílio a Pesquisa Grupo de Trabalho / Comissões Divulgação Outras Entidades Monografias Intercâmbios

Bolsas de Estudo Relações Internacionais

Atendimento

Eventos Realizados

TV IBCCRIM









Central de relacionamento

IBCCRIM - Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - Rua Onze de Agosto, 52 - 2º Andar - Centro - São Paulo - SP - 01018-010 - (11) 3111-1040